

Quarta-Feira, 05 de Agosto de 2026

Restaurante em Cuiabá é interditado pela terceira vez após descumprir exigências sanitárias

Estabelecimento continua operando com irregularidades graves e mascara aviso de fechamento

Equipes da Polícia Civil e da Vigilância Sanitária Municipal de Cuiabá realizaram na noite de sexta-feira (31) a terceira interdição de um restaurante localizado na Avenida Carmino de Campos, no bairro Jardim Paulista. O estabelecimento vinha mantendo suas operações apesar das ordens de fechamento anterior.

A primeira interdição do local ocorreu em 14 de julho, quando fiscalização identificou múltiplas não conformidades relacionadas à higiene e segurança alimentar. Entre os problemas encontrados estavam falta de limpeza adequada na área de manipulação de alimentos, acúmulo de sujeira em equipamentos, pisos e tubulações, além de condições estruturais inadequadas.

Também foi identificado vazamento de esgoto na região dos fundos do imóvel e problemas críticos com a água utilizada no estabelecimento. Análises laboratoriais detectaram a presença de coliformes na água, utilizada tanto para preparar alimentos quanto para a produção de gelo. Até o momento, o responsável não apresentou novo laudo comprovando a adequação da água para consumo.

Durante a segunda vistoria, realizada em 17 de julho, fiscais constataram que nenhuma irregularidade havia sido corrigida. Além disso, os avisos de interdição foram removidos e o restaurante continuava funcionando normalmente. A interdição foi mantida e novos cartazes foram recolocados na entrada.

Na ação de sexta-feira, agentes da Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor e da Vigilância Sanitária encontraram o estabelecimento novamente em operação, preparando alimentos sem autorização. Em uma estratégia de burlar a fiscalização, o proprietário cobriu o aviso de interdição com folhas de papel, impedindo que consumidores visualizassem o fechamento.

A vistoria confirmou a permanência de todos os problemas anteriores: sujeira em equipamentos e pisos, tubulações de gás sujas, vazamento de esgoto contínuo e ausência do laudo de qualidade da água. O proprietário não estava presente no local, apenas funcionários que se identificaram como prestadores de serviço freelancer.

A interdição foi novamente formalizada e o responsável advertido através de seu representante de que somente poderá reabrir após corrigir todas as irregularidades e obter autorização expressa da Vigilância Sanitária. Caso o estabelecimento continue operando sem as adequações necessárias, a Polícia Civil acionará o Poder Judiciário e o proprietário responderá criminalmente pelo descumprimento das determinações legais.